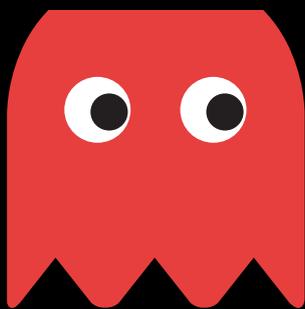
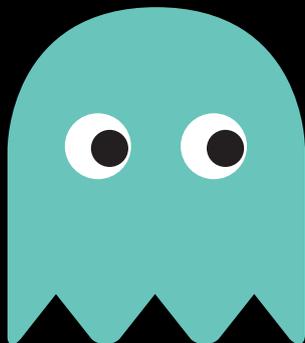


EXPRESSÃO SINJUS

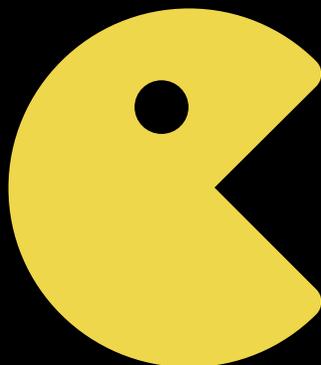
Revista do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais - SINJUS MG



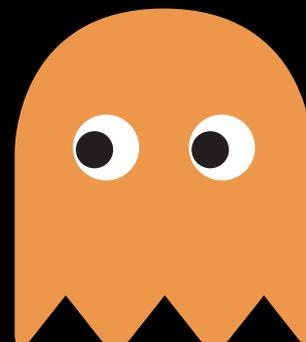
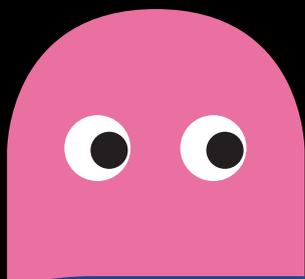
FRUSTRAÇÃO



DESCOMPROMISSO



SERVIDORES



NEGATIVAS

Reformas atropelam
trabalhadores e
servidores públicos

PÁG. 4

Adoecimento crescente no TJ
preocupa sindicalistas

PÁG. 6

Sucesso da 2ª edição
eleva Copa da Justiça a
outro patamar

PÁG. 22

RETROSPECTIVA 2017

Categoria enfrentou corrida que
testou capacidade de resistência
e união dos servidores

PÁG. 16

VESTIBULAR
2018

Luan Resende
Aluno do UniBH

Inspire um mundo novo.

Estude **Ciências Humanas** no UniBH, área reconhecida pela qualidade acadêmica e pelo desenvolvimento de grandes parcerias e projetos.

Conheça os cursos:

- | Direito
- | Relações Internacionais

Prova 2/12

Inscreva-se em:

unibh.br/vestibular

DESPERTE SUA
(R)EVOLUÇÃO

unibh

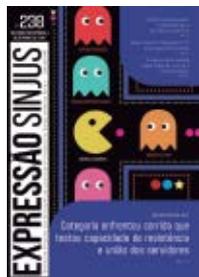
ÍNDICE

EXPRESSÃO SINJUS

Ano XXI • Ed.238

Outubro-Novembro e

Dezembro de 2017



Entrevista: Reformas vão alterar profundamente as relações trabalhistas e os direitos sociais

4

Sindical: Muito além dos seus direitos...

6

Proposta que tramita no Congresso quer facilitar a demissão de servidores públicos

9

Em 2017, TJMG abriu mão de sua autonomia

10

Sem política de promoção da saúde, aumentam afastamentos e os prejuízos no TJMG

12

Retrospectiva: Percursos cheios de obstáculos

16

Negociação coletiva no serviço público traz mais segurança a servidores

19

Breves considerações sobre o Mandado de Segurança

20

Copa da Justiça se consolida como principal evento esportivo da categoria em MG

22

NAP 10 anos: Eles continuam aprendendo

24

Trabalhar, ter saúde e ser feliz

25

EDITORIAL

Resistir para conquistar



Por Wagner Ferreira
COORDENADOR-GERAL

O ano de 2017 foi desafiador para os servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e para todos os trabalhadores brasileiros. Vários direitos foram retirados e outros tantos estão em risco. Por isso, a palavra de ordem do momento em que vivemos é: Resistir para conquistar.

No Tribunal de Justiça, a luta tem sido árdua. Começamos o ano com duas frentes de atuação que buscavam a aprovação da Data-Base 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e a elaboração pelo TJMG do Projeto de Lei que institui os Auxílios-Saúde e Transporte.

A primeira batalha foi vencida em junho. Já a segunda, ainda se arrasta, mas conseguimos o compromisso de que a proposta será apreciada pelo Órgão Especial do Tribunal no início de 2018 com a redação original. Ou seja, com benefício retroativo a janeiro de 2017. No entanto, precisamos resistir para garantir esse direito já registrado em acordo negocial.

Em relação à Data-Base 2017, a proposta de 3,2% foi aprovada no Órgão Especial e começa a tramitar na ALMG em 2018. Outra batalha permanente é quanto à Promoção Vertical.

Apesar do aumento nos recursos, o SINJUS-MG segue reivindicando o percentual de, pelo menos, 0,5% do orçamento de pessoal.

Preciso lembrar também de uma conquista importante que permite aos servidores empossados no último concurso optar pela redução da jornada de trabalho de oito para seis horas. Foi a correção de uma injustiça que trouxe alento aos novos colegas.

Por outro lado, no âmbito nacional, direitos sociais estão sob forte ataque. Com a PEC do Teto de Gastos, a Lei da Terceirização, a Reforma Trabalhista e agora a Reforma da Previdência, o governo federal vem impondo um retrocesso às conquistas históricas dos brasileiros. O SINJUS-MG está engajado em vários movimentos e protestos e vai continuar na luta. E, a partir de agora, o Sindicato passa a fazer parte da diretoria da Fenajud (Federação Nacional dos Trabalhadores do Poder Judiciário nos Estados) e, assim, ampliamos e renovamos o nosso compromisso de resistir para conquistar melhorias para toda a classe trabalhadora.

EXPEDIENTE

EXPRESSÃO SINJUS • Periódico do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais

Av. João Pinheiro, 39, Sobreloja • Centro • Belo Horizonte-MG • CEP: 30130-180 • (31) 3213 5247 • www.sinjus.org.br • [facebook.com/rede.sinjusmg](https://www.facebook.com/rede.sinjusmg)

DIRETORIA COLEGIADA

Coordenação-Geral: Wagner Ferreira

Diretoria Administrativa: Sônia A. de Souza

Diretoria de Finanças: Nicolau Alves Primola

Diretoria de Imprensa e Comunicação: Robert W. França

Diretoria de Assuntos Jurídicos: Alexandre Pires da Silva

Diretoria de Formação e Política Sindical: Jonas Araújo

Diretoria de Aposentados e Pensionistas: Alex Aguiar

Diretoria de Assuntos Sociais, Culturais e

de Saúde: Felipe Rodrigues e R. do Carmo

CONSELHO FISCAL

Idalmo Constantino da Silva, Hudson Brígido da Silva e

Renato Elias Celes Charchar

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Robert W. França

Jornalista Responsável: Laura Zschaber (JP 0017942/MG)

Reportagem: Bruno Carvalho e Laura Zschaber

Projeto Gráfico e diagramação: Mitiko Mine e João Paulo Tiago

Analista de Gestão da Informação: Stefanie Nascimento

Impressão: Gráfica Formato

Tiragem: 2.500 exemplares



Este informativo foi impresso com papel produzido a partir de fontes responsáveis



Jorge Luiz Souto Maior: Reformas vão alterar profundamente as relações trabalhistas e os direitos sociais

Em novembro passaram a vigorar no País novas regras trabalhistas. A nova legislação alterou mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e trouxe grande apreensão para os trabalhadores por torná-los mais vulneráveis nas negociações com os empregadores. Contudo, especialistas alertam que as mudanças na CLT fazem parte de um projeto maior de reformas que incluem ainda os projetos já aprovados referentes ao teto de gastos dos governos e à terceirização. O próximo passo para a consolidação de mudanças estruturais em prejuízo dos trabalhadores é a Reforma da Previdência

EXPRESSÃO SINJUS – Como o senhor analisa a terceirização e essa dita flexibilização das leis trabalhistas? Ela criará diferenças entre os trabalhadores?

SOUTO MAIOR - Não é porque existem formas precárias de exploração do trabalho que elas tenham que ser assumidas como fato normal e desejável. São fatos que precisam ser combatidos. Não se combate a precariedade na perspectiva de legalizá-la. Então temos uma desconstrução da eficácia, da razão de ser e da própria força dos direitos como um todo. Mais ainda, provoca a possibilidade de uma transposição de quem tem trabalho efetivo para a condição de precarizado. Por isso, essas mudanças não ampliam as possibilidades de emprego, não beneficiam a classe

trabalhadora. Na verdade, tornam legal a super exploração do trabalho e, conseqüentemente, estabelecem um rebaixamento da relação capital e trabalho. As leis trabalhistas são a condição mínima para evitar o aviltamento da pessoa humana.

E.S. - A Reforma Trabalhista afeta de alguma forma o servidor público?

S.M. - A Reforma Trabalhista está dentro de um conjunto de reformas, e os servidores serão atingidos diretamente na medida que essas mudanças visam, sobretudo, a uma diminuição das funções do Estado nos serviços à comunidade, além de inserir a figura da precarização e das práticas precárias de trabalho.

Jorge Luiz Souto Maior



Formado em direito em Minas Gerais e com títulos de mestre, doutor e livre-docente pela USP, o juiz do Trabalho e professor de Direito do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP), Jorge Luiz Souto Maior, entende que essas reformas têm como objetivo enfraquecer a atuação do Estado na sociedade e no mercado. Assim, ele vê com muita preocupação o aumento da disparidade de forças entre o capital e o trabalho. Durante o lançamento do seu livro “História do Direito do Trabalho no Brasil” em Belo Horizonte, o especialista falou com o SINJUS-MG sobre a conjuntura do País.

E.S. - Hoje temos observado uma precarização cada vez maior tanto na iniciativa privada como no serviço público. A tendência é de um agravamento?

S.M. - Para mim, essa reforma é o aprofundamento de problemas já existentes, de concessões que foram feitas do ponto de vista da preservação da condição humana, de colocar no lápis do nosso raciocínio a dignidade humana. É reflexo dos consentimentos que fomos fazendo sob a perspectiva dos interesses econômicos. Se continuarmos fazendo concessões, seremos levados a momentos ainda mais profundos. Essa série de adoecimentos e de sofrimentos vivenciados pelos servidores públicos é fruto da lógica produtivista e de extração de mais trabalho na perspectiva de estratégias de gestão. Precisamos repensar isso. O Judiciário deve prestar um bom serviço, mas na perspectiva de sua finalidade que é conferir um serviço útil à comunidade como um todo. Não é um serviço que se faz na lógica quantitativa. Não significa que 100 sentenças sejam melhor que 30, caso as 100 tenham sido pela extinção de direitos sem reflexões concretas dos conflitos expostos e contrárias ao interesse público.

E.S. - Como mudar isso?

S.M. - Na verdade, é preciso que se elimine essa lógica de cobrança de meta. Claro que o trabalho dos servidores pode ser submetido a uma conferência, mas dentro de outros parâmetros, sem competitiv-

dade e sem metas inatingíveis. Esses são parâmetros adoecedores. Essas reformas irão piorar esse quadro e precisamos evitar o pior. Para isso, é necessário reconhecer que houve erro na introdução dessas estratégias de gestão no serviço público.

E.S. - Essas mudanças também vão afetar o movimento sindical, correto?

S. M. - O conjunto de reformas é pensado para enfraquecer as entidades sindicais. Dado o contexto atual, sem mudança concreta da própria organização sindical e da percepção dos trabalhadores enquanto classe trabalhadora, o enfraquecimento e o sofrimento dos trabalhadores me parecem inevitáveis.

E.S. - Como reverter essa perspectiva?

S. M. - Os sindicatos serão pressionados a reduzir direitos e se eles cederem a essa pressão perderão representatividade. No conjunto geral, a atuação sindical se projeta como reduzida e enfraquecida. Pode acontecer de entidades mais atuantes se reorganizarem, se reconstruírem e assim saírem fortalecidas dentro de outra perspectiva, superando as deficiências, as imposições e os limites dessa reforma.

ATUAÇÃO:

Muito além dos seus direitos...

A luta do SINJUS-MG vai além da busca por valorização e respeito aos direitos dos servidores. Em 2017, o Sindicato continuou se empenhando na missão de levar melhorias para você, filiado, e para sua família, seja no ambiente de trabalho, seja fora dele



**TEMPO
COM A FAMÍLIA**



COMODIDADE

Em outubro, os servidores empossados no último concurso do TJMG puderam comemorar, aliviados, a redução da jornada de trabalho de oito para seis horas. Desde que o assunto voltou à pauta da Administração do TJMG até a decisão que reverteu essa injustiça, foram mais de dois anos de uma luta que não parecia ter fim. Foram inúmeras as reuniões com a Presidência e com a Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do Tribunal.

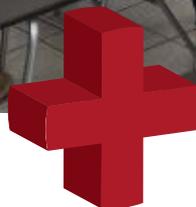
Durante toda a negociação, os dirigentes do Sindicato mostravam, incansavelmente, os impactos negativos do aumento da jornada para a saúde e a carreira dos servidores.

Com a mudança de muitos setores do TJMG para a nova sede, na Avenida Afonso Pena, aumentou também o fluxo de pessoas que circulam pela região. Percebendo a necessidade de melhorar o sistema de transporte público que atende servidores, trabalhadores terceirizados, estagiários e jurisdicionados, o SINJUS correu atrás da demanda. Além de encaminhar ofícios, o Sindicato também se reuniu com o presidente do Órgão, Célio Freitas Bouzada. A BHTrans emitiu parecer contrário à solicitação, no entanto, o documento foi elaborado antes que o TJMG informasse a listagem de CEPs dos servidores para a elaboração do estudo. Por isso, o SINJUS solicitou que a empresa pública de transporte refaça o estudo. O Sindicato também buscará apoio na Câmara Municipal de Belo Horizonte para essa demanda.



SEGURANÇA

Diante da falta de segurança nas proximidades da nova sede do TJMG e do aumento das ocorrências de assalto envolvendo funcionários e servidores da unidade Afonso Pena, o SINJUS tomou providências. O Sindicato encaminhou ofícios ao presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, e ao comandante da 127ª Companhia de Polícia Militar, Major Sérgio Luiz Goulart, solicitando que a segurança seja intensificada na região.

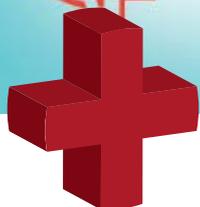


FORMAÇÃO

Um dos papéis do SINJUS é manter os filiados informados sobre os cenários político e econômico que afetam nosso dia a dia e que podem influenciar nas negociações dos nossos direitos. Entender como funcionam aspectos como o orçamento do Tribunal de Justiça também é fundamental. Assim, com o apoio dos nossos parceiros e especialistas, no segundo semestre deste ano, a Escola Sindical do SINJUS passou a oferecer cursos e produzir videoaulas e cartilhas sobre temas relevantes para os servidores.

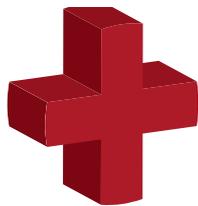
Já foram realizados dois cursos: Macroeconomia e Orçamento Público no Brasil, ministrado pelo economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Thiago Rodarte, e "Orçamento Público e Finanças", com o economista especialista em Planejamento Governamental e ex-diretor Financeiro do TJMG, José Moreira Magalhães.

Este ano foram publicadas ainda três videoaulas ministradas pelo advogado e especialista em Previdência Complementar Cacau Pereira: "Análise da Reforma Trabalhista" e "Análise das Reformas do Estado", parte 1 e parte 2. Como material complementar, também foram publicadas cartilhas escritas pelo especialista com os temas "As reformas do estado brasileiro e os servidores públicos" e "A reforma trabalhista e os servidores públicos".



APOIO

Não é tão fácil entender todo o processo da Promoção Vertical. Por conta disso, o SINJUS criou o Plantão da PV. Em atendimentos, que aconteceram na sede do Sindicato duas vezes por semana, os servidores puderam tirar dúvidas que surgiram após a publicação da nova resolução que regula o Plano de Carreiras – Resolução 822/16, como, por exemplo, quais eram os requisitos exigidos para concorrer ao certame e como preencher corretamente os formulários de inscrição. Foram realizadas duas edições: uma para atender quem ia concorrer à PV 2016 e outra para os candidatos à PV 2017. Pelo WhatsApp, os servidores também puderam esclarecer dúvidas diretamente com o coordenador-geral do SINJUS, Wagner Ferreira. Nas duas edições, foram mais de 300 servidores atendidos presencialmente e cerca de 200 online. Também foram produzidos vídeos sobre o assunto, que registraram mais de 600 visualizações.

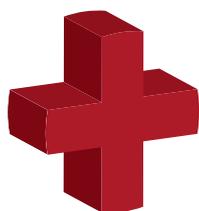


INFORMAÇÃO

É cada vez maior a preocupação da população com o uso do dinheiro público e com a atuação do Poder Judiciário brasileiro. E, desde o início do ano, os servidores podem acompanhar melhor e ajudar a fiscalizar essas frentes no “Observatório da Justiça” – uma iniciativa inédita no sindicalismo público. Na página, que fica dentro do site do SINJUS, é possível ter acesso a notícias, estudos, pesquisas, análises e notas sobre os temas relacionados à Justiça. Foi criado ainda um canal exclusivo para receber denúncias, sugestões e reclamações em relação à atuação das instituições judiciárias brasileiras.

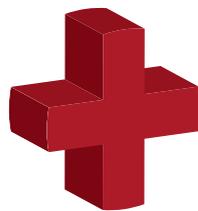
Com apenas um ano no ar, o novo portal do SINJUS na internet já alcançou 1 milhão de acessos!

O site possui uma tecnologia que permite a navegação por computador, tablet ou smartphone sem perda de qualidade. Nosso objetivo é comunicar com os servidores de forma cada vez mais eficaz e direta, por isso, este ano, também foi criado o perfil do SINJUS no Instagram. Nele é possível acompanhar os bastidores de reuniões de negociação e informações sobre os nossos convênios e promoções. No Facebook, os servidores também passaram a ter acesso a esses conteúdos ao vivo por meio das inserções de “live”. Só neste ano, a página do SINJUS ultrapassou a marca de 2300 curtidas e 2280 novos seguidores.



RECONHECIMENTO

Durante todo o ano, o SINJUS faz questão de premiar os filiados em ações que promovem a cultura, o lazer e o bem-estar. Por meio de parcerias com nossos conveniados, o Sindicato sorteou mais de 40 prêmios em 2017. Além do tradicional sorteio de ingressos para a Campanha de Popularização do Teatro e da Dança de Belo Horizonte, o SINJUS também prestou homenagem às mulheres, em março; às mães, em maio; aos pais, em agosto; e aos servidores, que comemoram seu dia em outubro.



QUALIDADE DE VIDA

O SINJUS investiu pesado no setor de convênios em 2017, renovando boas parcerias, captando novos convênios de qualidade e aumentando os descontos. Desde janeiro, foram firmadas 49 novas parcerias nas áreas de educação, alimentação, beleza e estética, lazer, saúde, atividades físicas e serviços. Ao todo, são 262 convênios oferecidos aos filiados e os descontos chegam a 60%.

A grade de atividades desenvolvidas também ganhou reforço. O SINJUS agora oferece aos filiados aulas de canto que permitem a formação de um coral e aulas de dança livre. Saiba mais em www.sinjus.org.br.



CIDADANIA

O SINJUS acredita que o debate estimula a capacidade de reflexão e contribui para a formação de opinião. Por isso, em 2017, o Sindicato realizou vários debates que discutiram assuntos importantes para a categoria, seja como servidores, seja como cidadãos. Em março, por exemplo, nas comemorações ao histórico 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o SINJUS promoveu o “Mês em Defesa da Mulher”. Durante todo o mês, foram realizados debates com especialistas sobre temas como “Mulheres e a Luta de Direitos no Brasil”, “Impactos da Reforma da Previdência sobre a Condição Feminina no Brasil”, “Mulheres e Direitos Humanos” e “Os Movimentos de Mulheres e Participação Política”.

Proposta que tramita no Congresso quer facilitar a demissão de servidores públicos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou, em outubro, novas regras que possibilitam a demissão de servidor público estável com base em "insuficiência de desempenho". O Projeto de Lei do Senado nº 116/2017 agora está sob a apreciação da Comissão de Assuntos Sociais. Se aprovadas, as mudanças deixarão os servidores mais expostos e vulneráveis às chefias imediatas. A proposta permitirá, inclusive, que pessoas com problemas de saúde e psicossociais sejam demitidas.

A proposta abrangerá todos os poderes, nos níveis federal, estadual e municipal. O texto atual prevê que o desempenho funcional seja avaliado anualmente por uma comissão composta por chefias do servidor. Contudo, essa medida trará grande fragilidade ao serviço público. Isso porque, em boa parte dos órgãos, os cargos de chefia nem sempre são ocupados por servidores públicos, mas sim por pessoas em cargos de comissão.

"Ninguém que defenda um serviço público de qualidade pode ser contrário à medida, que regulamenta a avaliação de desempenho, já existente há anos. No entanto, críticos da proposta dizem que ela se baseia em critérios subjetivos de avaliação, o que abriria margem para possíveis arbitrariedades. Certamente essa possibilidade irá favorecer o assédio moral e aumentar a sobrecarga, estabelecendo metas inalcançáveis", adverte o diretor de Comunicação do SINJUS-MG, Robert França. No site do Senado, a maior parte dos que reponderam à enquete aberta ao público é contra o Projeto de Lei. Foram 145.585 (78,5%) votos reprovando as mudanças frente a 39.759 (21,5%) pessoas que se disseram favoráveis às novas regras.

AVALIAÇÃO

O modelo de avaliação proposto contém critérios fixos e variáveis, entre eles "inovação, responsabilidade, capacidade de iniciativa, foco no usuário/cidadão". A demissão poderá ser realizada quando o servidor público estável obtiver nota igual ou inferior a três pontos em dez nas duas últimas avaliações ou quando ele não alcançar média de três a cinco pontos nas cinco últimas avaliações.



Diretor do Sinjus-MG, Robert França, adverte que a mudança poderá aumentar a sobrecarga de trabalho



Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), autora da PL5/16/17

PROJETO PREVÊ DEMISSÃO DE SERVIDOR DOENTE

Um dos pontos mais controversos do projeto e que significa um atentado à saúde e à dignidade do servidor é o parágrafo 2º do artigo 23, que permite a demissão mesmo que a pessoa esteja doente. "A insuficiência de desempenho relacionada a problemas de saúde e psicossociais não será óbice à exoneração, se for constatada a falta de colaboração do servidor público no cumprimento das ações de melhoria sugeridas pelo órgão". Na prática, o concursado poderá ser demitido mesmo estando diagnosticado com alguma doença.

Caso aprovado, esse Projeto de Lei poderá ter impacto prejudicial entre os servidores do TJMG. Isso porque já é alto o absenteísmo no Tribunal, principalmente devido aos afastamentos provocados por transtornos mentais e comportamentais (veja mais na pág. 12).

Em 2017, TJMG abriu mão de sua autonomia

Nos últimos meses de 2017, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) relatou atrasos nos repasses dos duodécimos por parte do governo estadual. E, como se não bastasse, o governador de Minas Gerais, de modo unilateral, fez cortes na proposta orçamentária de 2018 do Poder Judiciário. Tudo isso aconteceu sem que o chefe do Judiciário mineiro, desembargador Herbert Carneiro, tomasse as providências cabíveis para as quais tem competência, inclusive com o aval do Tribunal Pleno.

Em setembro, o presidente do TJMG alegou que o Poder Executivo estava retendo cerca de R\$ 469 milhões em duodécimos que seriam destinados à quitação da folha de pessoal. Contudo, o Portal da Transparência do próprio TJMG apresentava números bem diferentes. Pelos dados oficiais, de janeiro a agosto, o déficit estava na casa dos R\$ 78 milhões.

Como o discurso era contraditório, o SINJUS cobrou explicações. Em resposta, o Tribunal confirmou o atraso por parte do governo estadual e disse que os salários estavam sendo pagos com cerca de R\$ 470 milhões de reservas financeiras acumuladas ao longo dos anos anteriores. No mesmo ofício, enviado em novembro, o TJMG informou que o caixa já estava zerado.

No entanto, diante da alegada situação crítica, o presidente do TJMG não adotou nenhuma providência jurídica para garantir que o pagamento de salários em dia. Por isso, o SINJUS-MG decidiu ingressar com dois mandados de segurança no próprio TJMG buscando resgatar a autonomia do Judiciário em Minas Gerais.

“O que pretendemos é ter um Judiciário que possa fazer valer sua autonomia, sua altivez e independência. Só posso abrir mão daquilo que me pertence. Entretanto, quando o Judiciário, que tem a guarda da Constituição e dos direitos fundamentais, abre mão da sua independência, quem perde é o cidadão, que é o verdadeiro detentor dessa autonomia. Isso porque, a autonomia administrativa e financeira existe para assegurar o exercício independente do Poder Judiciário”, afirma o coordenador-geral do SINJUS-MG, Wagner Ferreira.

As duas ações foram indeferidas, mas o Sindicato já está preparando recursos. O objetivo do SINJUS é que, em 2018, não se repita a novela de 2017, quando as medidas ilegais adotadas pelo governador em relação aos recursos do TJMG serviram de argumento para dificultar as negociações referentes às demandas dos servidores.



O quarto da Ana e do Rogério
vai ficar assim: **exclusivo!**

A arquiteta Leticia Andrade desenvolve cada projeto de forma cuidadosa e única, de acordo com suas escolhas e com soluções que cabem no seu bolso!

Conheça nossos serviços:

- Projetos arquitetônicos;
- Projetos de design de interiores;
- Projetos luminotécnicos.

Leticia Andrade
ARQUITETURA E INTERIORES

Atendemos Belo Horizonte e Região Metropolitana.
Outras localidades, consultar.

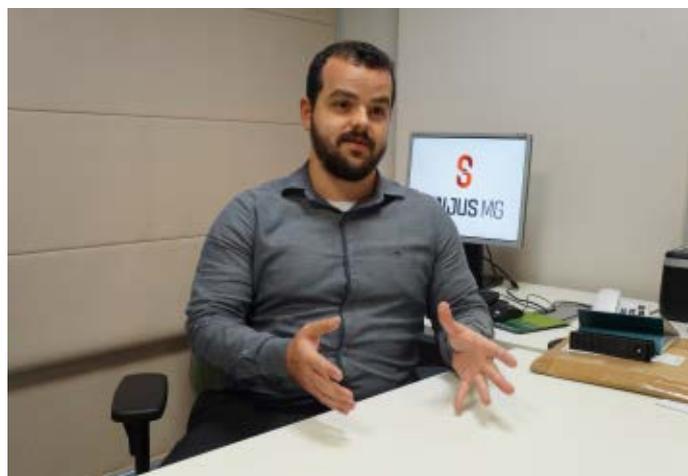
DESCONTOS ESPECIAIS
para filiados ao SINJUS-MG

www.instagram.com/leticiagandrade.arq
(31) 999 464 917

Sem uma política de promoção da saúde, aumentamos afastamentos por doenças e os prejuízos no TJMG

Nos últimos anos, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) vem implementando uma série de novos procedimentos – como o Processo Judicial eletrônico (PJe) –, com o intuito de aprimorar a produtividade e os resultados do Órgão. Contudo, um dos principais pilares de uma administração moderna tem sido negligenciado. Trata-se da gestão de pessoas e dos riscos ocupacionais de seus servidores. De 2007 a 2015, o número de licenças emitidas por motivo de saúde no TJMG saltou de 10,3 mil para 17,3 mil, um aumento de aproximadamente 67%. Isso demonstra que os projetos atuais de prevenção não estão conseguindo resultados efetivos.

No "Estudo do Absenteísmo por Licença Saúde 2015", levantamento mais recente elaborado pelo TJMG, os números mostram as consequências da falta de uma política institucionalizada de promoção da saúde. Além do salto no número de licenças concedidas a magistrados e servidores para tratamento da própria saúde, chama atenção também o aumento no número de dias perdidos que passou de 122,7 mil, em 2010, para 148,2 mil em 2015. Incremento de 20,7%.



Felipe Rodrigues, diretor do Sinjus-MG, cobra a criação do Comitê Gestor de Saúde no TJ

Outro dado que chama a atenção é quanto à duração das licenças dos servidores. Embora 64,3% dos afastamentos sejam de curta duração (até três dias), eles correspondem a apenas 11,2% do total de dias em licença. Já os afastamentos de longa duração (mais de 15 dias) representam 15,5% das licenças concedidas, no entanto, significam 65% dos dias "perdidos" pelo Tribunal.

"Esses números demonstram que o Tribunal precisa humanizar a sua gestão de pessoas. O impacto de doenças crônicas é muito grande e certamente boa parte poderia ser evitada se tivéssemos projetos de prevenção. Criar e acompanhar indicadores, bem como desenvolver programas direcionados, seriam atribuições do Comitê Gestor Local de Saúde, que até agora não foi instituído no TJMG", ressalta o diretor de Assuntos Sociais, Culturais e de Saúde do SINJUS, Felipe Rodrigues.

O dirigente pondera ainda que os afastamentos também geram reflexos diretamente nos outros servidores do setor, pois as atribuições de quem sai de licença são repassadas aos demais, provocando sobrecarga de trabalho. "Vira um círculo vicioso e quando um servidor volta às atividades, outro já está estafado. Afinal, as metas de produtividade dos setores não diminuem. Pelo contrário, só aumentam", complementa Felipe.

O modelo de gestão por produtividade difundido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre os tribunais é baseado em metodologia da Fundação Getúlio Vargas. Mas este modelo é contestado pelo psicólogo do SINJUS e membro da Comissão de Combate ao Assédio Moral do TJMG, Arthur Lobato.

“Essa política de meta não vê a realidade das secretarias, das varas e dos fóruns. Ela não teve a participação dos servidores nem dos sindicatos. Para se bater meta é preciso ter quadro de pessoal. No Judiciário, o volume de processos está cada vez maior e com o PJe a recepção acontece 24 horas por dia, sete dias por semana, enquanto a jornada do servidor é de seis horas diárias e cinco dias. Essas metas fazem um efeito cascata de pressões das chefias, provocando uma sobrecarga de trabalho e uma sobrecarga psíquica. Isso é agravado por alguns modelos de gestão de chefias que priorizam os gritos”, afirma Arthur Lobato.

Segundo o mesmo estudo do TJMG, além do impacto na saúde e na qualidade de vida dos servidores e magistrados, o absenteísmo também provoca prejuízos cada vez maiores aos cofres do Órgão. No ano de 2010, o custo estimado dos dias perdidos devido aos afastamentos para tratamento da própria saúde foi de R\$ 32,4 milhões. Já em 2015, essa cifra chegou a alarmantes R\$ 69,2 milhões, um aumento de 113% em cinco anos.

DOENÇAS MENTAIS E COMPÓRTAMENTAIS CORRESPONDEM A 25% DOS AFASTAMENTOS NO TJMG

O custo do absenteísmo confrontado com o valor investido pelo TJMG em ações de prevenção contrasta com o modelo de gestão adotado até então. Segundo a Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat) do Tribunal, atualmente são desenvolvidos 14 programas e ações na área de saúde, cujo investimento soma R\$ 2,469

milhões em contratos. Ou seja, menos de 3,6% do total perdido com as licenças.

Para agravar, nenhum dos programas citados pelo setor atua diretamente com doenças mentais e comportamentais, que são as principais causas de afastamentos, cerca de 25% dos casos. Ainda de acordo com a Gersat, a orientação psicológica, como medida preventiva, atendendo à demanda espontânea de magistrados e servidores é um serviço divulgado na Intranet do Tribunal.

“Acompanhando os estudos do Tribunal, percebe-se que na década passada as lesões por esforço repetitivo, as doenças osteomusculares, chamadas de LER e Dort, eram o principal motivo de afastamento. Com a melhora do mobiliário e com os estudos sobre ergonomia, essa questão da LER/Dort foi para segundo lugar. Já os transtornos mentais assumiram o primeiro lugar e é cada vez maior o número de servidores ausentes do trabalho”, destaca Arthur Lobato, que está à frente da Clínica do Trabalho do SINJUS.

Para Felipe Rodrigues, a falta de um trabalho mais amplo, que poderia estar sendo executado pelo Comitê de Saúde com a participação dos sindicatos, provoca equívocos como este no direcionamento das ações. “É um contrassenso. A maior parte dos afastamentos no TJMG é devido a transtornos mentais e comportamentais. Se um valor mais significativo tivesse sido investido na prevenção e na qualidade do ambiente e das relações de trabalho, a despesa com o absenteísmo cairia drasticamente”, afirma o dirigente.

O ABSENTEÍSMO NO TJMG EM NÚMEROS

ANO	MAGISTRADOS E SERVIDORES	DIAS PERDIDOS	CUSTO ESTIMADO (R\$ EM MILHÕES)
2010	15.951	122.767	32,419
2011	16.524	132.996	38,893
2012	16.565	140.969	50,450
2013	16.937	149.439	50,857
2014	16.634	148.925	59,922
2015	16.114	148.142	69,256

Fonte: TJMG

INVESTIMENTO EM SAÚDE VS CUSTO DO ABSENTEÍSMO (R\$ EM MILHÕES)

INVESTIMENTO*	CUSTO ESTIMADO**	DIFERENÇA
2,469	69,256	2.705%

*Soma dos contratos em serviços de saúde ativos em out/2017 informados pela Gersat

**Estimativa do TJMG para 2015

Fonte: TJMG

COMITÊ DE SAÚDE SERIA O INSTRUMENTO IDEAL PARA TRATAR O ASSUNTO DE FORMA SISTÊMICA

Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou as resoluções 207/2015 e 240/2016, que dão diretrizes aos tribunais para o desenvolvimento de políticas de gestão de pessoas e de atenção à saúde. Contudo, apesar da determinação para a criação em 90 dias a partir de sua publicação, o TJMG ainda não instituiu os seus comitês gestores locais.

“O SINJUS solicitou, por diversas vezes, a criação dos comitês à Presidência do TJMG e o Tribunal chegou a solicitar a indicação dos representantes do Sindicato. A indicação foi feita em 2016, mas não houve nenhum retorno. Neste ano, chegou a ser criado um grupo de trabalho sobre absenteísmo, mas o entendimento é de que o Comitê Gestor Local de Saúde é uma estrutura mais ampla que poderia desenvolver ações estruturadas de prevenção e promoção da saúde biopsicossocial.

Contudo, a falta de atenção por parte do Conselho às suas próprias resoluções pode explicar a negligência por parte do TJMG. Procurado pelo SINJUS-MG para detalhar os objetivos, o acompanhamento das ações dos tribunais e a atuação do Comitê Gestor nacional, o CNJ informou que “com as recentes mudanças na composição do CNJ, não houve definição ainda sobre qual conselheiro seria o porta-voz”. Nem mesmo as perguntas enviadas à assessoria de imprensa foram respondidas.

E a falta de coordenação aparece, inclusive, na discrepância entre os estudos disponíveis. Em notícia divulgada em seu portal, o CNJ relata que um estudo próprio mostrou que “entre os servidores do Poder Judiciário [...] é como se 1,9% dos 15 mil magistrados e 2,11% dos 230 mil servidores tivessem deixado de trabalhar por motivo de saúde durante todo o ano de 2016”. Fazendo a conta seriam 285 magistrados e 4853 servidores. Contudo, somente o TJMG diz que no seu quadro foram 291 magistrados (28,28% do total) e 6.494 servidores (42,57% do total) que tiveram pelo menos uma licença-saúde em 2015.

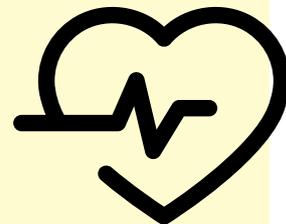
Assim, enquanto faltam políticas coordenadas de promoção da saúde, servidores seguem adoecendo, a prestação jurisdicional é prejudicada e o dinheiro público é gerido de forma ineficaz.



SINAIS DE ALERTA

Veja como identificar se você ou um colega está precisando de ajuda:

- ▶ Perda de motivação nas atividades diárias
- ▶ Choro excessivo
- ▶ Mudança do humor
- ▶ Tremores e tremedeiras
- ▶ Perda de apetite
- ▶ Insônia e pesadelos
- ▶ Ideias fixas e obsessivas



O SINJUS oferece atendimento psicológico aos seus filiados por meio da Clínica de Trabalho e das Rodas de Conversa. O trabalho é coordenado por Arthur Lobato. Mais informações pelo telefone 3213-5247.



O psicólogo Arthur Lobato critica os critérios generalistas da política de produtividade do TJMG



UM PRESENTE ESPECIAL

Mini Day Spa de Natal



Combo com:

- ◆ MASSAGEM RELAXANTE
- ◆ MASSAGEM FACIAL
- ◆ BANHO DE LAVANDA
- ◆ MASSAGEM PARA PÉS E MÃOS

POR APENAS

R\$ 350



ENTRE EM CONTATO E AGENDE UM HORÁRIO:

BELO HORIZONTE: (31) 3658-9665 | SETE LAGOAS (31) 3772-8230 | LAGOA SANTA (31) 3681-4479

PERCURSOS CHEIOS DE OBSTÁCULOS...



Em mais um ano, a corrida pelo atendimento aos direitos e reivindicações da categoria enfrentou barreiras pelo caminho. Mas, no percurso, os representantes sindicais contaram com um bônus: servidores destemidos e corajosos, que não recuaram diante das adversidades. E, com essa "ajuda extra", foi possível sair do lugar na Campanha Salarial 2017. Mas ainda há muito o que avançar...



AUXÍLIOS SAÚDE E TRANSPORTE

♥ 1P

JANEIRO

DIFICULDADE FINANCEIRA



TJMG adia envio dos anteprojetos de lei dos auxílios à ALMG e informa que fará novo estudo de viabilidade

FEVEREIRO

Presidência do TJ afirma que vai enviar anteprojetos de lei logo após a aprovação da Data-Base 2016

JUNHO

DESCOMPROMISSO



Data-Base 2016 já segue para sanção do governador. Mas só agora TJ disponibiliza minuta do anteprojeto dos auxílios

OUTUBRO

FALTA DE ISONOMIA



Comissão Administrativa não vota anteprojeto dos auxílios, mas aprova medida que autoriza magistrados a vender os 60 dias de férias



Sindicatos fazem maratona de reuniões com desembargadores da Comissão Administrativa em busca de apoio ao projeto que institui os auxílios.

NOVEMBRO

DESVIO DE FOCO



TJMG anuncia atraso no pagamento dos servidores



Servidores protestam contra atraso no pagamento e descumprimentos de acordos



7/11: TJ se reúne com Sindicatos e marcam nova reunião para discutir a Data-Base 2017 com assessores técnicos. Tribunal também marca apreciação do projeto dos Auxílios para a sessão do dia 13/11 da Comissão Administrativa do TJ



Insatisfeitos com a morosidade nas negociações, servidores ocupam o saguão da sede do TJ no dia 8/11



OBJETIVOS:



- Envio imediato do Projeto de Lei instituindo os Auxílios-Saúde e Transporte;
- Abertura imediata de negociação sobre a Data-Base 2017 e inclusão de recursos na Proposta Orçamentária de 2018 para reposição das perdas;
- Cumprimento da Lei 16.645/07, que estabelece a promoção por mérito; fixar 0,5% da folha bruta total do Tribunal para a Promoção Vertical e publicação dos editais de promoção dentro do prazo.



Após reunião com TJMG, os servidores fizeram nova manifestação no dia 9/11 no hall de entrada do Anexo I para cobrar da Presidência o envio dos projetos de lei da Data-Base 2017 e da criação dos auxílios



Na véspera do início da greve, TJ se reúne com Sindicatos e faz proposta: Data-Base 2017 (3,2%) seria apreciada pelo Órgão Especial na sessão do dia 13/12 e projeto dos Auxílios seria votado no final de fevereiro



Em AGE, os servidores deliberaram por entrar em Greve Geral parcial por tempo indeterminado a partir do dia 21/11, por conta da lentidão nas negociações



Em AGE, servidores deliberaram por suspender Greve Geral parcial e aceitaram o cronograma de trâmite proposto pelo Tribunal com prioridade para a aprovação do projeto de criação dos Auxílios

NEGATIVAS



Em reunião com os Sindicatos, TJMG informa que é inviável a inversão da pauta de votação do Órgão Especial e confirma votação da Data-Base 2017 para dia 13/12 e dos Auxílios até o final de fevereiro de 2018



Reuniões Setoriais: SINJUS mantém categoria mobilizada até que as demandas sejam efetivadas

CONTINUA...

A categoria promete começar 2018 mobilizada para que o acordo com o Tribunal seja respeitado e os Auxílios-Saúde e Transporte sejam, enfim, implementados.

DATA-BASE

♥ 1P

MAIO

Data-Base 2017 vence, mas Revisão Geral de 2016 completa 1 ano sem definição

OUTUBRO

"DIFICULDADE" FINANCEIRA



TJ alega que Executivo efetuou cortes na Proposta Orçamentária 2018, anuncia que fará ajustes e também culpa atrasos nos repasses por parte do Governo.



TJMG apresenta proposta de 3,2% para a Data-Base 2017, condicionando o percentual à aprovação do projeto de suplementação orçamentária que tramita na ALMG e também à readequação da Proposta Orçamentária 2018

MAIS ADIAMENTOS



Em reunião com os Sindicatos, TJMG informa que é inviável a inversão da pauta de votação do Órgão Especial e confirma votação da Data-Base 2017 para dia 13/12 e dos Auxílios até o final de fevereiro de 2018

FIM

Os servidores realizaram uma vigília em favor da Data-Base 2017, durante sessão do Órgão Especial no dia 13/12, e a Revisão Geral Anual foi aprovada.



PROMOÇÃO VERTICAL

♥ 1P

ABRIL

ILUSÃO DE ÓTICA



TJMG anuncia aumento de recursos para a PV 2016, mas reduz números de vagas

JUNHO

SINJUS reforça pedido para que TJ cumpra prazo de publicação do edital da PV 2017

AGOSTO

Sindicatos solicitam abertura de negociação sobre os critérios utilizados no apontamento de vagas para a Promoção Vertical e reivindicam a criação de um Grupo de Trabalho (GT)

FRUSTRAÇÃO



TJMG publica edital da PV 2017, mas limita vagas

SETEMBRO



TJ se compromete a criar um GT para promover melhorias nos procedimentos das PVs

CONTINUA . . .

Até o fechamento desta edição, o TJMG não havia cumprido a promessa da criação do GT. Os servidores vão permanecer alertas para que essa luta não seja esquecida.



Se liga, estamos
no Instagram!



Siga @sinjusmg





Negociação coletiva no serviço público traz mais segurança a servidores

Está para a sanção presidencial o Projeto de Lei (PL) 3831/15, de autoria do senador Antônio Anastasia (PSDB/MG), que estabelece normas para a negociação coletiva no serviço público. O texto foi aprovado pelo Congresso Nacional e, quando em vigor, definirá normas a serem seguidas pelos representantes de sindicatos e da Administração Pública. A mudança vai trazer mais segurança para os servidores e para os gestores.

Pela proposta, a negociação coletiva no serviço público poderá tratar de 13 temas, como remuneração, condições de trabalho, plano de carreira, aposentadoria, plano de saúde, estabilidade e benefícios previdenciários. Toda a negociação também precisará seguir procedimentos definidos e se guiar por princípios como a boa-fé, razoabilidade e transparência.

Para o coordenador-geral do SINJUS-MG, Wagner Ferreira, a mudança é um avanço porque os acordos frutos de negociações terão que ser cumpridos sob pena de sanções legais. “O projeto prevê sanções e vem cumprir uma determinação da Organização Mundial do Trabalho (OIT). A medida empodera servidores e os sindicatos, trazendo maior segurança negocial. Certamente, se essa norma já estivesse em vigor, o TJMG não estaria descumprindo o acordo firmado em setembro do ano passado em relação aos Auxílios-Saúde e Transporte”, ressalta o dirigente.

Pela legislação, o trabalhador tem direito a liberdade sindical, greve e negociação coletiva, mas esse último direito não foi assegurado aos servidores públicos. Deste modo, o Projeto de Lei (PL) 3831/15 vem preencher uma lacuna importante. A negociação terá que se dar em cada nível da administração municipal, estadual e federal e será uma regra permanente.

MESA DE NEGOCIAÇÃO

A formalização da negociação coletiva no âmbito do serviço público é uma demanda antiga das entidades sindicais, pois é um direito assegurado na Constituição Federal que ainda não era cumprido. A consequência é que, até então, a grande maioria das greves no serviço público têm como objetivo pressionar pelo início das negociações, enquanto no setor privado a greve só é usada quando esgotadas as negociações.

O diretor de Comunicação do SINJUS-MG, Robert França, lembra que na falta dessa legislação, o Sindicato propôs ao TJMG a criação de uma mesa de negociações permanente com encontros periódicos. Apesar de concordar, o Tribunal de Justiça, que chegou a efetivar a iniciativa, não deu prosseguimento. “Agora, com a negociação coletiva formalizada, as negociações terão prazos e os acordos terão que ser cumpridos, sob pena de sanções”, afirma.



Advogada e Pós-graduanda em Direito Público

Breves Considerações sobre o Mandado de Segurança

Por Stephanie Bastos

Às terças-feiras, o SINJUS-MG recebe, por meio do atendimento no plantão de assistência jurídica individual, servidores que buscam orientações acerca de situações que repercutem em suas esferas jurídicas. Boa parte desses servidores já chega ao sindicato vislumbrando saídas para tais situações, saídas estas que envolvem adoção de medidas judiciais, dentre as quais se destaca o mandado de segurança (MS).

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo não é esgotar o tema – o que seria impossível em poucos caracteres, mas tecer algumas considerações sobre a tão propalada ação constitucional, para que o servidor conheça um pouco mais sobre suas características.

Primeiramente, temos que o mandado de segurança é ação constitucional, já que possui fundamento no art. 5º, LXIX da Constituição de 1988. O referido artigo dispõe: “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.

Da leitura do artigo 5º, LXIX, percebe-se que o mandado de segurança serve para proteger direito líquido e certo, assim entendido como aquele que pode ser comprovado de plano, com prova inequívoca de sua existência. Ou seja, em regra, o direito protegido pelo mandado de segurança deve ser claro e passível de comprovação por prova documental. Por esse motivo, há necessidade de a prova do direito líquido e certo estar pré-constituída na petição inicial.

Importante frisar que se não houver a devida comprovação da liquidez e certeza do direito objeto do mandado de segurança, a ação não será exitosa, já que, conforme entendimento pacífico da doutrina e da jurisprudência pátrias, é inviável a dilação probatória no MS. Portanto, não é possível que haja, na tramitação do mandado de segurança, uma fase em que sejam produzidas as provas

necessárias à solução da demanda – diz-se que não há dilação probatória.

A Lei nº 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, dispõe, em seu art. 20, que os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus. Dessa forma, temos que o mandado de segurança é um procedimento especial de rito sumaríssimo, por ter preferência em sua tramitação. Quando comparada ao procedimento comum, verifica-se que a tramitação do MS é muito mais célere, o que é uma vantagem diante da morosidade vivida no judiciário brasileiro.

Por fim, outro aspecto fundamental é o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, conforme dispõe o art. 23 da Lei 12.016/2009. Logo, a partir do conhecimento oficial do interessado do ato a ser impugnado por mandado de segurança, instaura-se o prazo acima citado para a propositura da ação. Como o prazo é decadencial, em regra, após iniciada a contagem, não há interrupção ou suspensão. Esgotado o prazo, não será possível a impetração de MS.

Feitas essas considerações, esperamos ter contribuído para o esclarecimento de dúvidas recorrentes sobre do mandado de segurança. Para esclarecer essa e outras questões, entre em contato por telefone ou pelo e-mail juridico@sinjus.org.br.





Melhor que ver é experimentar!

Nossos serviços com
***20%** de desconto!



CORPORAIS

- Banho de Lua
- Striort (estrias)
- Pós-operatório
- Drenagem Linfática
- Esfoliação Corporal
- Perda de Peso e Medidas
- Tratamento Emagrecimento
- Intradermoterapia (enzimas)
- Pump Up (Bumbum na nuca)
- Depilação a Laser (light Sheer)
- Aplicação em Microvasos (PEIM)
- Clareamento de Manchas Faciais
- Rejuvenescimento de Colo e Mãos
- Massagem pedras quentes e relaxante



FACIAIS

- Skinbooster
- Lipo de Papada
- Limpeza de Pele
- Peeling Químicos
- Microagulhamento
- Tratamento de Acne
- Peeling de Diamante
- Preenchimento Facial
- Toxina Botulinica(botox)
- Tratamento de Melasma
- Rejuvenescimento Facial
- Clareamento de Manchas Faciais



CAPILARES

- Corte
- Escova
- Mechas
- Coloração
- Calvície
- Alopecia
- Queda Capilar
- Quebra dos Fios
- Oleosidade Excessiva
- Recuperação Pós Química
- Embelezamentos dos Fios



SERVIÇOS

- Acrigel
- Spa dos Pés
- Blindagem Cristal
- Manicure e Pedicure
- Designer Sobrancelha
- Depilação Espanhola (cera quente)

* Desconto de 20% de qualquer serviço. Exceto serviços que já se encontram em promoção.

ATENDIMENTO COM HORA MARCADA

4102-8797 | 98602-7742

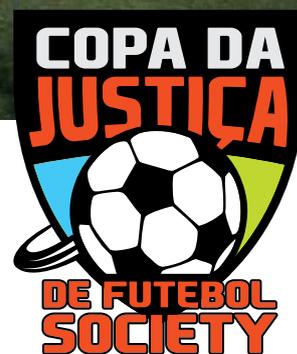
📍 Avenida Álvares Cabral, 344 - Sala 1302 - Lourdes

📌 [impaktusestetica](#)

📷 [impaktusestetica](#)



Torneio reuniu 175 atletas divididos em 13 equipes



Copa da Justiça se consolida como principal evento esportivo da categoria em Minas

Já em sua segunda edição, a Copa da Justiça de Futebol Society mostrou que veio para ficar. Promovendo a integração entre servidores e familiares, o evento reuniu centenas de pessoas em seis dias de competição. Além da prática esportiva, atividades de recreação e bem-estar foram oferecidas a quem compareceu à Arena 7, em Belo Horizonte. Neste ano, o Venuty F. C. faturou o bicampeonato, e os atletas já podem iniciar a pré-temporada, pois a terceira edição do torneio está confirmada.

Depois do sucesso da edição de 2016, a Copa da Justiça cresceu. Neste ano, foram 175 atletas divididos em treze equipes. Outra novidade, foi a oportunidade da seleção da Copa participar da seletiva mineira de Futebol de 7. Cada time indicou dois jogadores de destaque para formar a equipe "Craques da

Justiça F. C.", que já está classificada para a próxima fase. Agora é torcer para que os nossos atletas avancem na seletiva e conquistem o direito de disputar o torneio estadual no ano que vem ao lado de grandes clubes, como América-MG, Atlético-MG e Cruzeiro.

"A Copa da Justiça de Futebol Society é um evento que conquistou credibilidade e teve grande adesão devido ao trabalho sério que vem sendo desenvolvido. É uma premissa do nosso Sindicato promover a saúde e o bem-estar entre os servidores. O sucesso das duas primeiras edições demonstram que estamos no caminho certo. Por isso, já estamos planejando a edição de 2018 para que o evento seja ainda mais grandioso", afirma o diretor de Assuntos Sociais, Culturais e de Saúde do SINJUS, Felipe Rodrigues.



Equipe Venuty F.C. repete o bom desempenho da primeira Copa da Justiça e também é campeã da segunda edição



Evento ofereceu atendimentos de saúde e estética, além de lazer para todas as idades



DIVERSÃO PARA TODA A FAMÍLIA

Organizada pelo SINJUS-MG, SERJUSMIG, SINDOJUS-MG e SINDSEMPMG, a Copa da Justiça também contou com uma programação complementar, oferecendo atrações artísticas, serviços e muita diversão para servidores, servidoras e também para a criança. Tudo isso em um espaço de 12 mil metros quadrados com toda a infraestrutura de quadras de futebol, áreas verdes e de convivência, vestiários, duchas, playground e estacionamento.

Em todos os dias de competição, atletas e familiares tiveram à disposição atendimentos de quick massage ao ar livre, realizada pelo Espaço Bem Viver; monitoria infantil com diferentes brinquedos, como cama elástica e piscina de bolinhas, realizada pelo Festanimada; playground; e pipoca e algodão-doce gratuitos.

“Este momento é super importante porque é uma integração entre os servidores e as famílias. É uma oportunidade de agregar os filhos, as esposas e os maridos.”, afirmou a assessora do TJMG Juliana Beltrão, que estava acompanhada dos filhos Daniel e Davi.

Neste ano, a Copa da Justiça de Futebol Society teve o apoio da Fesempre, Sicoob JUS-MP, Sicoob Credjus, Mongeral Aegon Seguros e Previdência, Samba Hotéis, UniBH, Festanimada, Rota 7 Barber Club, Espaço Bem Viver e DJ Alejandro Garcia.



Eles continuam aprendendo...

Em 2017, o Núcleo de Aposentados e Pensionistas do SINJUS-MG completou 10 anos, consolidando-se como um espaço que respira bem-estar e formação política. Seja nas atividades, nas palestras com especialistas, seja na convivência com os colegas, quem frequenta o NAP garante: sempre dá para sair com uma experiência enriquecedora.

FALA, COMPANHEIRO!

Nosso canal está de volta! Mande sua opinião sobre os direitos, lutas e conquistas da categoria para o e-mail sinjus@sinjus.org.br.

Ela vai aparecer aqui na Revista Expressão SINJUS!



“Desde que passei a frequentar o NAP, tive boas experiências. Uma das que têm me trazido mais alegria é participar da Roda de Leitura. Eu sempre gostei de ler, e dividir as histórias com os colegas nos faz crescer. Ouvir novos olhares, novas interpretações, nos leva para outra dimensão e acrescenta conhecimento na nossa bagagem de vida. Sem falar que essa atividade contribui para mantermos vivo o hábito de ler.”

Sônia Maria Abdo – aposentada

“Eu já havia concluído a licenciatura em desenho e plástica e sempre tive vontade de pintar, mas ainda não tinha surgido a oportunidade. Assim que foi criado o Ateliê de Pintura do SINJUS, me inscrevi. Desde então, me desenvolvi muito: descobri meu estilo de pintar, aprendi técnicas diferentes e até apresentei meu trabalho em uma exposição. Tem sido incrível! A arte é uma maneira gostosa de nos expressar e depois que me aposentei virou também uma forma de investir em autoconhecimento.”

Beatriz Pereira de Mello - aposentada

“Participo do Núcleo de Aposentados desde os primeiros encontros e uma das atividades de que mais gosto são as viagens. Junto com outros aposentados, já passei bastante pelo Brasil e por outros países. A que mais marcou foi a que fizemos em um cruzeiro para a Argentina e o Uruguai. Foi uma oportunidade de estreitar ainda mais os laços com os colegas. A viagem foi muito divertida e alegre.”

Maria Lúcia Teixeira Lino - aposentada

“Com o passar dos anos vamos esquecendo de momentos que vivemos e de pessoas que passaram na nossa vida. Nosso corpo também vai sentindo os efeitos do tempo. Por isso, precisamos de manter a cabeça e as pernas boas. Eu gosto muito das oficinas de memória, das rodas de leitura e dos passeios promovidos pelo SINJUS. É formidável esse trabalho que o Sindicato faz com os aposentados. Aprendemos muito nos encontros!”

Guido de Oliveira Araújo - aposentado

“Nas reuniões do NAP, aprendemos a valorizar pequenos gestos e a resgatar antigas amizades. Em um dos últimos encontros, tive o prazer de reencontrar um colega da época em que eu trabalhava no Tribunal. Conversamos muito e lembramos de várias histórias e de outros colegas. Foi ótimo poder ter essa oportunidade!”

Patrícia Quintino Gomes - aposentada



Terapeuta psicocorporal, especialista em Medicina Oriental e Terapia Transpessoal. Atua há 25 anos na área. Atende com massoterapia oriental, acupuntura, terapia floral, fitoterapia e psicoterapia no SINJUS-MG.

Trabalhar, ter saúde e ser feliz

Por Lila Parameswara

Passamos a maior parte de nosso tempo trabalhando, precisamos ter saúde ali. Qualidade de vida só em momentos de lazer não é possível.

Ansiedade, insegurança, baixa-estima, impedem ações criativas e otimistas. Fisicamente o abandono dos cuidados com a saúde, na alimentação, das atividades físicas, e o stress fragilizam. É importante cuidar do corpo, mente e espírito.

No último levantamento de afastamento de servidores do TJ por problemas de saúde, encontrei a informação que a distribuição dos afastamentos por código de doenças e dias se dá, em primeiro lugar, por transtornos mentais e comportamentais, em segundo lugar doenças do sistema osteomuscular e conjuntivo (ortopédicas, reumatológicas, inflamatórias, degenerativas, inflamações de tendões dos antebraços, punhos, ombros por LER; dores dos músculos dos ombros e pescoço, causadas por posturas estáticas prolongadas; compressão de nervos do punho e degeneração da coluna cervical).

As queixas incluem relações interpessoais deterioradas, despreparo das chefias, sobrecarga de trabalho, condições inadequadas de ambiente de trabalho, falta de política de RH e pessoal, de treinamento, assédio moral.

Precisamos de ações de saúde eficazes.

Algumas dicas para cuidados dentro e fora do ambiente de trabalho:

Mobiliário e equipamento em altura e posição adequadas para garantir a ergonomia, incluindo iluminação, circulação de ar e temperatura confortável.

Pausas ao longo do dia: quando se realiza uma atividade repetitiva; a cada 45 mi-

nutos para relaxar e alongar o corpo. Se possível, ter contato com o ambiente ao ar livre em algum momento do dia. Rompa o automatismo dos hábitos, somos seres orgânicos!

É desafiador fazer mudanças de comportamento quando se é impelido por cobranças de prazos e demandas. E, quando o stress mental está presente, isto piora.

O investimento em auto aperfeiçoamento é fundamental para promover mudanças e desenvolver qualidades, potenciais, ampliar visões de mundo, romper crenças limitantes. Delimite o espaço entre vida pessoal e trabalho.

Manter hábitos de vida saudáveis para fortalecer corpo, mente e espírito é fundamental para nutrir também as boas relações e bom desempenho das funções. Aproveitar o tempo livre fora do trabalho com sabedoria.

Cultivar a clareza mental, discernimento e respeito ao próximo.

Agendamento de atendimentos com a terapeuta Lila Parameswara para fortalecer a vitalidade e equilíbrio emocional pelo telefone 31988928244. Na Sala de Saúde SINJUS





Só o Estacionamento BH Parking te dá 30 minutos de graça no estacionamento rotativo, além de descontos IMPERDÍVEIS na mensalidade e nos serviços de lava a jato*.

*VÁLIDO SOMENTE PARA FILIADOS DO SINJUS



Rua dos Timbiras, 1.343 · Centro · BH
(31) 99967 3837 · bhparking1343@gmail.com
www.bhparking.business.site

ESPAÇO

Bem Viver

Marque o seu horário!

(31) 99723-0589 · 99232-7632

- Massagem Terapêutica
- Massagem Antiestresse
- Reflexologia Podal
- Reiki
- Massagem Redutora
- Drenagem Linfática
- Limpeza de Pele
- Shiatsu
- Auriculoacupuntura

Av. João Pinheiro, 39 · 8º andar · sala 83 · Belo Horizonte · Em frente à Praça Afonso Arinos



iYoga-BH
Instituto de Yoga
de Belo Horizonte

O Instituto de Yoga de Belo Horizonte é um centro de formação e prática de Yoga. Possuímos duas unidades, em Belo Horizonte e em Contagem.

Práticas

Atividades periódicas, oferecidas em turma ou de forma individual, dependendo da necessidade dos interessados.

Hata Yoga • Kundalini Yoga • Yoga Nidra • Yogaterapia Hormonal
Yoga para adultos, crianças, gestantes, empresas, escolas e personal

Cursos de Formação

Cursos dedicados para quem quer ser profissional ou já é profissional da área de Yoga que deseje aprimorar seu crescimento profissional. Estes cursos também são voltados para quem se interessa em aprofundar os conhecimentos na arte milenar do Yoga.

31 3141.1779 | 31 99957.1779 ☎ | 31 97144.9161 ☎
www.institutodeyogabh.com.br | iyogabh@gmail.com



2018 : ano para ver florescer : sonhos e desejos

O fim de um ano é, com certeza, um momento importante para fazer reflexões sobre o que vivemos, agradecer as metas alcançadas e fazer planos. Um novo ciclo traz grande expectativa e nos inspira a pensar em tudo que desejamos para o ano que está por vir. Convidamos os servidores a nos contar seus votos e desejos para 2018.



O SINJUS deseja que 2018 seja um ano repleto de realizações, lutas e conquistas!

S SINJUS MG



Invista no Fundo de Greve, sua garantia na hora da luta!

O Fundo de Greve é um patrimônio constituído pelos servidores. Os recursos destinam-se a cobrir as despesas das lutas, cujas vitórias beneficiam a todos. Além disso, quanto mais recursos ele acumular, mais subsídios oferecerá, por exemplo, na infraestrutura das manifestações.

Faça já a sua contribuição!

Banco do Brasil • Ag: 1586-5 • CC: 1111218-2

Saiba mais em www.sinjus.org.br/tudo-sobre-o-fundo-de-greve